



Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

DECISÃO

Processo nº 36.440/2024

Interessado(a): Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

Assunto: Execução do contrato nº 183/2024

Contratada: PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA

I. RELATÓRIO FÁTICO

Tratam os presentes da análise da execução do contrato nº 183/2024, celebrado com a empresa PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA com o objeto de execução de serviços de restauração de diversas vias públicas do Município, por meio de recapeamento asfáltico com CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado à Quente, contemplando uma área de intervenção de 394.688,89 m², correspondendo a 40.351,50 metros lineares de restauração, conforme detalhamentos técnicos constantes dos Memoriais, Projetos e demais especificações.

A execução do Contrato nº 183/2024 foi marcada por uma série de descumprimentos que culminaram na sua **inexecução parcial**. A cronologia dos eventos demonstra o agravamento progressivo da conduta inexecutiva da contratada:

a) Atraso Reiterado:

Desde o segundo mês de vigência do contrato, a empresa apresentou atrasos descumprindo o cronograma físico-financeiro. Mesmo após a concessão de um aditivo de prazo, que estendeu o termo final para 30/06/2025 conforme cronograma previsto no processo do termo aditivo nº 1, a obra não foi concluída. Desta forma, em 25/07/2025, a obra acumulava **25 dias** de atraso em relação ao prazo final, com um déficit de execução de **44,99%**, o que corresponde ao montante financeiro de **R\$ 7.199.419,78**. (*nítida violação as regras contratuais e legais*).

b) Irregularidades Trabalhistas:

A análise dos dados do Cadastro Nacional de Obras (CNO) revelou uma desmobilização gradual e dissimulada de pessoal. O número de funcionários com recolhimento de encargos na CNO específica da obra em Jataí era significativamente inferior ao declarado pela empresa, configurando o descumprimento da obrigação de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista (Cláusula Quarta, item 4.1.10 do contrato). (*nítida violação as regras contratuais e legais*).

c) Abandono da Obra:



Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

Em 07/05/2025, bem como em 25/06/2025, a fiscalização constatou a completa e não comunicada desmobilização de equipamentos, mão de obra e da usina de CBUQ do canteiro de obras, caracterizando o abandono unilateral do contrato (*nítida violação as regras contratuais e legais*), conforme levantamento fotográfico realizado:





Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos





Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos





**PREFEITURA DE
JATAÍ**
DESENVOLVIMENTO E CORAÇÃO
Gestão 2025 a 2028

**Secretaria de
Fazenda**

Diretoria de Contratos



d) Cronograma:

Em 25/03/2025, a empresa PavSantos solicitou a prorrogação do prazo por mais 90 dias para a conclusão dos serviços. O município acatou o pedido e formalizou o aditivo contratual, estendendo o prazo de execução até julho de 2025, conforme cronograma previsto no processo do termo aditivo nº 1 (ver Gráfico 2). Mesmo assim não foi cumprido. *(nítida violação as regras contratuais e legais).*

Gráfico 1 - planejado x realizado de acordo com o cronograma da licitação

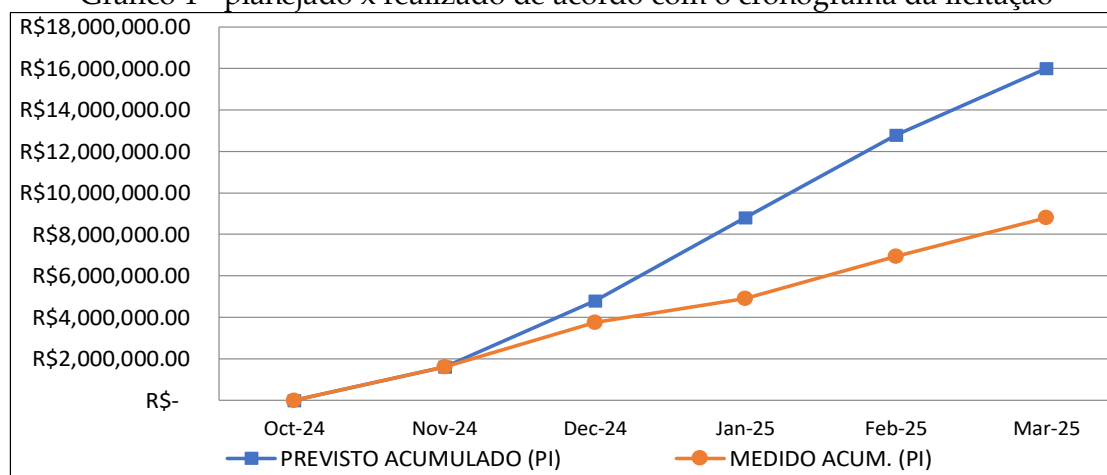
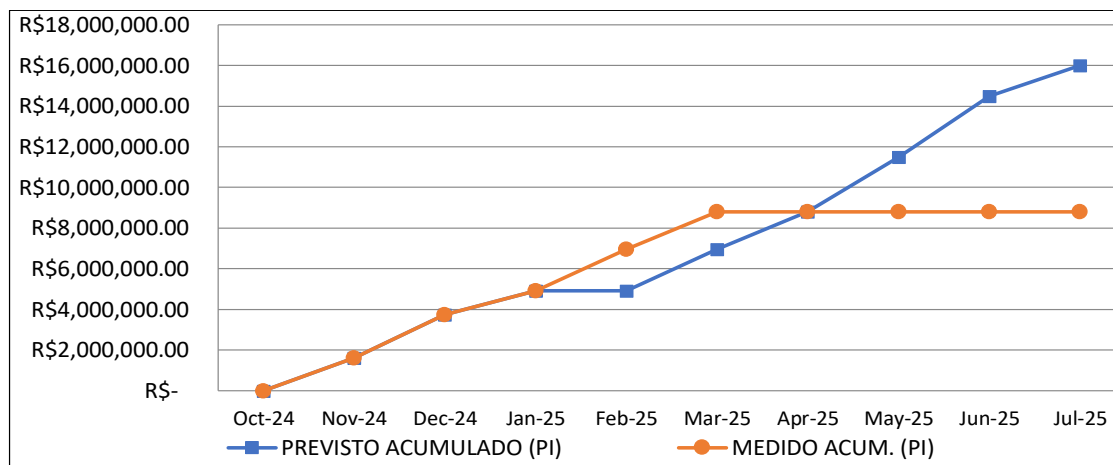


Gráfico 2 - planejado x realizado de acordo com o novo cronograma acordado

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos



e) Progresso da Obra:

A obra apresenta um atraso acumulado de **44,99%**, o que corresponde ao montante financeiro de **R\$ 7.199.419,78 (sete milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e dezenove reais e setenta e oito centavos)**. Os recursos destinados são provenientes de um financiamento entre o Município de Jataí e o Banco do Brasil. *(nítida violação as regras contratuais e legais)*.

f) Ausência de conclusão:

Em relação ao prazo de execução, os serviços deveriam ter sido concluídos até 30/06/2025, conforme estabelecido no cronograma previsto no aditivo contratual.

Considerando a data atual (25/07/2025), constata-se um atraso de **25 dias** na entrega da obra. *(nítida violação as regras contratuais e legais)*.

II. DAS ALEGAÇÕES DA CONTRATADA E DA ANÁLISE CONTRÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

Em sua defesa (Ofício nº 20/2025), a contratada apresentou quatro argumentos principais para justificar a paralisação, os quais são refutados pelos fatos e pela legislação, sendo eles:

a) Alegação de desmobilização para manutenção de equipamentos:

Argumento da Defesa: A empresa afirmou que a retirada das máquinas se deu para "manutenção preventiva e corretiva".

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

Contraponto da Administração: A alegação não se sustenta. A desmobilização de ativos essenciais à execução contratual **não** foi formalmente comunicada à fiscalização, em violação ao dever de transparência e colaboração.

Ademais, a empresa teve um longo período de inatividade (entre 20/12/2024 e 19/02/2025) no qual poderia ter realizado tais manutenções sem impactar o cronograma, o que não fez. A retirada abrupta e integral dos equipamentos configura abandono, não manutenção programada. (*nítida violação as regras contratuais e legais*).

b) Alegação de atraso no pagamento como justificativa para suspensão:

Argumento da Defesa: A empresa invocou a *exceptio non adimpleti contractus* (exceção do contrato não cumprido), citando um suposto atraso no pagamento.

Contraponto da Administração: A legislação é clara. O art. 137, § 2º, IV, da Lei nº 14.133/2021, somente autoriza a suspensão da execução do contrato pela contratada após o atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos. A análise da gestão do contrato demonstra que não houve nenhum pagamento em atraso que atingisse este prazo legal.

O único pagamento que está pendente por parte da Administração refere-se a nota fiscal frente ao termo aditivo nº 1, não tendo sido autorizado o pagamento por parte da gestora do contrato, pois na data de 23/05/2025, quando foi emitida a nota fiscal, a empresa já tinha desmobilizado. Se quer a empresa aguardou a fluidez de 2 (dois) meses (art. 137, § 2º, IV, da Lei nº 14.133/2021), o que em campo teórico, poderia legitimar sua tese!

Portanto, a contratada não detinha o direito de suspender ou paralisar os serviços. (*nítida violação as regras contratuais e legais*).

c) Alegação de pendência ao pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro (revisão):

Argumento da Defesa: A empresa justificou a paralisação com base em uma suposta demora na análise de um pedido de reequilíbrio de preços (revisão), tendo em vista a significativa variação no preço do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo).

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

Contraponto da Administração: A Administração realizou a análise do pedido, deferindo o pleito conforme termo aditivo nº 2, firmado entre as partes em 06/05/2025.

Ademais, essa justificativa é improcedente pois a mera existência de um pleito de reequilíbrio econômico-financeiro em análise não confere à contratada o direito de paralisar a obra unilateralmente. A ação de desmobilização / abandono, é uma clara sinalização de descumprimento contratual e também de regras legais. Fato incontestado. *(nítida violação as regras contratuais e legais).*

d) Alegação de pendência ao pedido de reajuste:

Argumento da Defesa: A empresa justificou que a ausência do reajuste, impacta diretamente na viabilidade da continuidade dos serviços.

Contraponto da Administração: Conforme estipulado no item 13.1.6 do contrato, a empresa contratada deve realizar o pedido do reajuste juntamente com a memória de cálculo, porém, observa-se, após análise cautelosa, que não há registro de protocolo de pedido de reajuste no mês de abril de 2025, mês que antecedeu o abandono, tampouco nos meses posteriores.

É o que basta relatar. Segue análise.

III. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei 14.133/2021, mais precisamente em seu artigo 137, apresenta quais as hipóteses para extinção dos contratos administrativos. Essas hipóteses devem constituir cláusulas necessárias nos presentes contratos. São, em suma, situações que autorizam o término da relação jurídico-contratual caso venham a ocorrer durante a execução contratual.

Durante a execução do contrato, a rescisão pode decorrer de culpa da contratada, culpa da Administração e ainda de situações que independem de culpa de qualquer uma das partes.

As situações em que a extinção do contrato decorre de culpa da contratada estão previstas nos incisos I a IV e IX do artigo 137, da Lei nº 14.133/2021. Quando a empresa contratada não realiza a prestação de um serviço ou obra — objeto da licitação — no período predeterminado, este é constituído em mora e sobre ele podem ser aplicáveis as sanções administrativas do contrato, podendo o órgão administrativo optar pela extinção do contrato de forma unilateral.



**PREFEITURA DE
JATAÍ**
DESENVOLVIMENTO E CORAÇÃO
Gestão 2025 a 2028

**Secretaria de
Fazenda**

Diretoria de Contratos

O dever de fiel execução dos contratos decorre da circunstância de que eles tornam concreto o **interesse público**, objetiva a subjetividade do pacto e assegura os direitos e obrigações; para tanto, devem utilizar uma linguagem clara, precisa e objetiva e prever modelos de execução e gestão contratual (art. 6º, incisos XII e XXIII).

No presente caso, a forma de execução do contrato esta devidamente registrada e prevista de forma clara, diante disso, o presente processo possui fatos incontestes que não foram solucionados pela defesa apresentada pela empresa.

Com base na análise técnica da gestora Andrea Macarini, que integra esta decisão, o relatório de fiscalização de 25/06/2025 constatou a desmobilização completa do canteiro de obras, usina de CBUQ, ausência de pessoal/equipamentos, sem comunicação formal à Administração.

A contratada alegou manter efetivo técnico disponível. Contudo, os documentos (SEFIPs e CNOs) apontam direcionamento contrário:

- Outubro/2024: 32 funcionários declarados – Nenhum recolhimento na CNO;
- Novembro/2024: 32 funcionários declarados – Nenhum recolhimento na CNO;
- Dezembro/2024: 32 funcionários declarados – CNO não apresentada;
- Janeiro/2025: Sem atividade;
- Fevereiro/2025: 32 funcionários declarados – 12 com recolhimentos na CNO;
- Março/2025: 21 funcionários – 9 com recolhimentos na CNO;
- Abril/2025: Sem atividade – 10 com recolhimentos na CNO;
- Maio/2025: Sem atividade – 3 com recolhimentos na CNO;

- 1ª Medição (09/10/2024 a 08/11/2024):

Foi apresentada declaração de 32 funcionários. No entanto, a SEFIP correspondente ao mês de outubro/2024 não apresenta recolhimento na CNO da obra, que foi aberta em 14/10/2024.

- 2ª Medição (09/11/2024 a 30/11/2024):

A empresa manteve a mesma declaração de funcionários da medição anterior. A SEFIP apresentada (referente a 11/2024) não indica recolhimentos na CNO da obra. Dos 32 funcionários relacionados, 25 tiveram recolhimentos em outra CNO e 7 não tiveram recolhimentos registrados.

- 3ª Medição (01/12/2024 a 20/12/2024):

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

A declaração de funcionários permaneceu inalterada em relação às medições anteriores. A SEFIP apresentada foi novamente a do mês de novembro/2024.

- 4ª Medição (21/12/2024 a 18/03/2025):

A declaração continuou apontando 32 funcionários. A SEFIP de fevereiro/2025 revelou que apenas 12 tiveram recolhimento na CNO da obra, 6 em outra CNO e 14 sem recolhimento.

- 5ª Medição (19/03/2025 a 15/04/2025):

A declaração menciona 21 funcionários, sendo que 6 são remanescentes e 4 estão registrados na CNO da obra. Há 15 novos nomes, dos quais apenas 5 possuem recolhimento na CNO da obra; os demais 10 constam em outras CNOs.

A contratada sustenta que a paralisação se deu por ausência de pagamento do reequilíbrio financeiro (revisão) e de reajuste contratual. Contudo, o relatório técnico confirma que:

- O reequilíbrio foi protocolado somente em 21/02/2025 e aprovado em 22/05/2025.

- Em 23/05/2025, a empresa já havia desmobilizado do canteiro, contrariando o que alegou em sua defesa.

- A empresa não protocolou formalmente o pedido de reajuste contratual até o momento da análise.

- A empresa alegou manutenção preventiva como causa da ausência de equipamentos no local.

- Porém, o período de inatividade da obra entre dezembro/2024 e fevereiro/2025 foi suficientemente extenso para execução dessas manutenções, sem que o cronograma tenha sido retomado com normalidade após esse período.

- Houve frequente troca de engenheiros responsáveis, sendo que o mais longo atuou por apenas 30 dias.

- O próprio Sr. Cláudio Evangelista, que alega ser o único autorizado, assinou diários de obras, porém, (o próprio Sr. Cláudio Evangelista toma conhecimento e reconhece a necessidade de designação de preposto e, o faz com a designação de engenheiros para

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

atos posteriores/diários de obras), portanto, fica frágil a tese de nulidade das reuniões e notificações feitas à empresa por parte da Administração.

De tal modo que, com base no Contrato nº 183/2024, constata-se o descumprimento das seguintes cláusulas:

- Cláusula Décima Terceira, item 11.3

Itens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 exigem o cumprimento do cronograma, execução contínua dos serviços e disponibilidade de materiais, equipamentos e pessoal em campo.

A paralisação sem prévia comunicação configura violação direta dessas obrigações.

- Cláusula Décima Terceira, item 11.3.10

Exige que qualquer fato anormal seja comunicado formalmente à contratante. A empresa não formalizou qualquer justificativa antes da constatação do abandono pela fiscalização em 07/05/2025.

- Cláusula Sétima

A fiscalização da obra é prerrogativa da contratante. A resistência sem base legal da empresa em aceitar a autoridade dos fiscais, inclusive, ao alegar nulidade de notificações por não terem sido dirigidas ao sócio-diretor, viola o dever de colaboração e transparência contratual. *(regras contratuais, regras normativas e princípios, são fontes do Direito Administrativo, formando no direito contemporâneo o princípio da juridicidade, que é a necessidade de compatibilização de ato praticado ao conjunto de regras legais, portanto, devem ser respeitadas sob pena de concretizar ato ilegal).*

De tal modo, que não pode a empresa alegar que possui o direito a suspensão e abandono dos serviços do contrato celebrado, mesmo porque anuiu e nunca impugnou a sua constituição e celebração, sendo cristalino que a contratada concorre diretamente para circunstâncias de inexecução contratual e rescisão unilateral. *(o Direito Administrativo é movido por princípios e regras próprias, distintas das elencadas no Direito Civil, portanto, o comportamento/relação da contratada não é de pé de igualdade conforme disposto na relação civil, mas sim, de hierarquia sob o ângulo do interesse público, sopesando em maior peso na relação os interesses da Administração, logo, suspender ou abandonar a obra sem manifestação direcionada à municipalidade é ato claro de ilegalidade que viola o interesse público).*

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

Ademais, alegar a morosidade na análise do pedido de realinhamento, também não lhe dá o direito de suspender a execução, conforme já é sedimentado na jurisprudência nacional:

Eventual discussão administrativa de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato não dá à contratada a faculdade de descumprir a avença, sob pena de aplicação da sanção contratual correspondente. (TJ-SP — Apelação Cível 1028386-38.2022.8.26.0071 — Publicado em 04/12/2024)

Inexistência de inadimplemento por parte do apelado, de maneira que, ante a incontroversa paralisação da obra por parte da apelante, esta deu causa à instauração de processo administrativo, que culminou com a rescisão unilateral do contrato e a aplicação de multa. (TJ-SP — Apelação Cível 1000507-95.2018.8.26.0071 — Publicado em 08/02/2024)

A demora injustificada na consecução dos serviços contratados e o posterior abandono, dá guarida ao pedido de rescisão contratual formulado pela parte autora. Indemonstrada a força maior para a não conclusão da obra, há de imputar-se a apelante o pagamento da multa contratual presente na cláusula penal. (TJ-PB — Apelação Cível 0002351-81.2010.8.15.0751 — Publicado em 29/11/2016)

O Tribunal de Contas da União, ao analisar os critérios de reequilíbrio, destacou os possíveis impactos na malha rodoviária, caso houvesse a paralisação dos serviços em razão da não realização dos reequilíbrios, tratando a paralisação como uma consequência danosa e não como um direito da contratada. (TCU — REPRESENTAÇÃO (REPR) 12102024 — Publicado em 19/06/2024)

A alegação de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, por si só, não constitui motivo para a paralisação da execução da obra. A contratada deve postular o reequilíbrio junto à Administração e, caso não atendido, buscar as vias judiciais, mas não pode suspender unilateralmente os serviços, sob pena de caracterizar inexecução contratual e sujeitar-se às sanções cabíveis.

Este entendimento reforça que a conduta da Pavsantos foi ilegal, pois, mesmo que houvesse um pleito de reequilíbrio legítimo, a paralisação seria indevida, como de fato e direito foi.

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

Interessante sublinhar que a Lei não mais fala em rescisão, já que esta palavra tinha seus problemas de indefinição, pois, sob a égide da Lei nº 8.666/1993, também se referia à rescisão unilateral.

A Lei nº 14.133/2021 optou pela palavra “extinção”. O termo utilizado pelo art. 78 da Lei nº 8.666/1993 era “rescisão”. Apenas uma única vez, e por falha de revisão, a nova Lei faz uso da palavra “rescisão” (art. 90, § 7º). Referida substituição pode não ter resolvido os problemas, “[...] pois cria também problemáticas interpretativas, dado que extinção contratual é geralmente considerada gênero, do qual decorrem muitas outras espécies além da extinção implementada por rescisão unilateral da Administração” (GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. Artigos 137 a 139. In: DAL POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio; ZOCKUN, Maurício (coord.). Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada: Lei 14.133/21. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021).

Ademais, parcela da: [...] doutrina tem diferenciado os termos ‘rescisão’ (inadimplemento de uma das partes), ‘resolução’ (impossibilidade de continuidade do contrato, sem culpa das partes) e ‘resilição’ (vontade das partes que não desejam prosseguir com o contrato) admitindo-se a resilição unilateral (denúncia) ou bilateral (distrato). Dessa forma, nem todas as hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/1993 e do art. 137 da nova Lei de Licitações envolveriam tecnicamente rescisão do contrato. (HEINEN, Juliano. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Salvador: Juspodivm, 2021.)

Os artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, dispõem que o descumprimento das cláusulas contratuais, incluindo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, pode resultar na extinção do contrato, com a execução das garantias prestadas pela contratada para a reparação de danos ao erário, sem prejuízo das demais sanções administrativas aplicáveis de forma a proceder com a extinção, sendo redigidos da seguinte forma:

“Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;"

No presente caso, é nítido, notório e evidente que existe descumprimento do contrato por parte da empresa, devendo a administração municipal tomar providências para a extinção contratual.

Joel de Menezes Niebuhr possui o posicionamento acerca do § 1º do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, no sentido de que a decisão sobre a extinção do contrato é um ato da autoridade competente ali mencionada. Para o referido autor, após a conclusão da instrução do processo administrativo, este "(...) deve ser direcionado à autoridade competente, que deve decidir pela extinção ou pela manutenção do contrato" (Menezes Niebuhr — Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos / Joel de Menezes Niebuhr et al. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021. 1. 283p. Direito Administrativo – Brasil).

Já Marçal Justen Filho tem outro posicionamento sobre a questão da autorização da autoridade superior, prevista no § 1º do art. 138 da Lei nº 14.133/2021. Explica o citado autor:

O § 1º exige a autorização prévia, escrita e motivada da autoridade superior para ser promovida a extinção do contrato. A exigência destina-se a evitar que a autoridade de hierarquia inferior assuma integralmente a responsabilidade pela decisão de impor a extinção. Elimina-se a possibilidade de atribuir ao agente subalterno a responsabilidade isolada pelo ato rescisório – quando, na verdade, trata-se apenas de dar cumprimento às ordens do superior. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.)

Portanto, será nula a rescisão sem a vinculação pessoal da autoridade competente, assim entendida aquela dotada de poderes para decidir o destino da entidade e para orientar seus atos.

Neste sentido, o presente processo tramitou na Secretaria Municipal de Obras e Planejamento que notificou a empresa e recebeu as defesas apresentadas,

Página 14 de 18

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

instalando-se o contraditório necessário para que a presente decisão não seja uma surpresa para as partes.

Logo, cabe ao Gestor do Município, avaliar ou não a manutenção da presente contratação.

Para isso, recorrendo aos princípios constitucionais inerentes a aplicação da lei de licitações e contratos, bem como adotando os ensinamentos da LINDB acerca das decisões administrativas, sopesando as consequências da extinção, entendo que em razão do abandono, conforme relatório fotográfico, a extinção será apenas uma consequência formal do que a empresa já decidiu.

A Lei nº 14.133/2021, consignou a necessidade de aplicação da LINDB da seguinte forma:

“Artigo 5º - Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”.

A supracitada LINDB foi alterada pela Lei nº 13.655/2018 com a finalidade de trazer maior segurança jurídica e eficiência administrativa na aplicação do Direito Público. Dentre os artigos acrescentados à LINDB, destacamos:

“Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste,

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.”

Certa feita, a extinção do presente contrato, conforme já explanado somente consolidará uma situação fática já demonstrada, a contratada além de estar em atraso nos prazos previstos no cronograma físico financeiro, abandonou a obra e de acordo com a última resposta apresentada, alegou a suspensão de execução do contrato sob uma premissa ilegal, qual seja, de atraso de pagamentos, (nunca houve por parte da Administração atraso superior a 2 (dois) meses conforme prevê a lei e regras contratuais). Portanto, o abandono aconteceu anterior à fluência do prazo de (2) dois meses, assim, é prematuro e claro o erro de descumprimento contratual, logo, ilegal à luz das regras contratuais e legais.

Diante do exposto, resta inequivocamente demonstrado que a empresa Pavsantos Construtora Ltda. deu causa à inexecução parcial do Contrato nº 183/2024, conforme entendimento doutrinário abaixo:

Maria Sylvia Zanella Di Pietro: “A Administração pode rescindir unilateralmente o contrato nos casos em que a lei o autoriza, como, por exemplo, o inadimplemento contratual pela outra parte. Essa prerrogativa decorre da supremacia do interesse público e deve ser exercida nos limites legais, mediante processo administrativo regular, com direito ao contraditório.” — Direito Administrativo, 2023.

Marçal Justen Filho: “A rescisão unilateral do contrato administrativo por inadimplemento da contratada configura manifestação do poder de autotutela da Administração. Mas seu exercício exige a verificação de culpa e o devido processo legal administrativo, sob pena de nulidade.” — Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2ª ed., 2022.

Celso Antônio Bandeira de Mello: “A Administração tem a faculdade de declarar a rescisão unilateral do contrato administrativo quando houver descumprimento pela contratada. Essa rescisão não se confunde com a resolução nos contratos privados, pois decorre de prerrogativa pública, exigindo motivação e respeito ao contraditório.” — Curso de Direito Administrativo, 34ª ed., 2021.

Rafael Oliveira: “A extinção unilateral por inadimplemento contratual constitui sanção administrativa de natureza gravosa e

Página 16 de 18

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

deve ser precedida de regular procedimento, nos termos do devido processo legal administrativo, com contraditório e ampla defesa.” — Direito Administrativo, 2022.

A doutrina acima indicada, deixa claro que o Município de Jataí está agindo com probidade administrativa, no sentido de zelar pela coisa pública (interesse público), inclusive, motivando o ato administrativo que culmina a rescisão, bem como esclarecendo os pontos objetivos de culpa da empresa, sem prejuízo de garantia do devido processo legal (ampla defesa e contraditório efetivo).

As justificativas apresentadas pela contratada são frágeis, desprovidas de amparo fático e legal, e foram devidamente refutadas pela fiscalização e pela gestão do contrato.

A conduta da empresa, caracterizada pelo atraso de **25 dias**, pelo abandono da obra com **44,99%** por executar e por graves irregularidades trabalhistas, impõe à Administração o dever de agir (*a proteção ao interesse público, deve, sempre, ser o norte de uma Administração Pública proba*).

Contudo, sem prejuízo das aplicações das sanções, a conduta da empresa será avaliada em processo (apartado), com garantia de ampla defesa e contraditório.

Deste modo, em análise das consequências da extinção contratual, podemos concluir que não haverá prejuízo para a execução do objeto por uma (*nova licitação*) ou por outra empresa (*já classificada no certame respectivo*) à depender da análise técnica, com finalidade de execução dos serviços remanescentes, uma vez que a contratada já desmobilizou todo o maquinário do canteiro de obras e, logo, a extinção é a melhor decisão, uma vez que a Administração deve buscar, sempre, todos os meios legais à concluir o objeto/escopo, zelando assim, pelo efetivo interesse público.

Sobre os prejuízos causados pela desídia da empresa, estes deverão ser apurados no processo sancionatório próprio (apartado), que também poderá assegurar ao seu final se existem serviços não medidos que poderão ser remunerados, e também a avaliação da garantia contratual para cobrir eventuais prejuízos encontrados, com a devida notificação da empresa garantidora nos termos do artigo 137, §4º da Lei de Licitações.

Por último, a Administração Pública tem o dever de zelar pelo cumprimento da Constituição Federal, seus fundamentos e objetivos, inclusive, as regras infralegais. Logo, ficou claro no procedimento administrativo nº 34830/2025, que as violações contratuais, vão além de lesões patrimoniais (direitos disponíveis), chegando-se a direitos indisponíveis (regras trabalhistas). Portanto, sob à luz da Lei

Secretaria de
Fazenda

Diretoria de Contratos

13.140/2015, a mediação é instrumento viável, louvável, porém, não pode suprimir ou negociar direitos indisponíveis, como são os direitos trabalhistas.

Por fim, não cabe o dialogo de possibilidade de mediação no referido trâmite por risco de haver contrariedade ao disposto nos direitos subjetivos do artigo 7º da CF.

IV - CONCLUSÃO

Ante todo exposto, com base no Artigo 137, inciso I e Artigo 138, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021, **DECIDO** pela **extinção unilateral** do contrato nº 108/2024, celebrado com a PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.575.041/0001-02.

Ato contínuo determino:

- a) A publicação desta decisão e notificação da empresa para os efeitos do Artigo 165, inciso I, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021.
- b) Após o prazo legal, a atualização do valor do contrato e cronograma físico financeiro dos serviços remanescentes para providencias de convocação da próxima empresa classificada no presente certame, conforme Artigo 90, §7º da mesma lei de licitações.
- c) Abertura de processo sancionador (apartado) para apuração de conduta e supostos prejuízos ao erário, nos termos do Artigo 155 e seguintes da NLLC.

Publique-se. Intime-se.

Jataí/GO, 04 de agosto de 2025.

JOÃO GERALDO DE SOUZA BRAGA

Gestor e Ordenador de Despesas - Decreto nº 01/2025



Secretaria de
Obras e Planejamento Urbano

ANÁLISE TÉCNICA

Após a leitura da resposta e da documentação encaminhada pela empresa PavSantos, referente à paralisação dos serviços de recapeamento das vias urbanas do município, verificou-se que a empresa alega não ter abandonado a obra, mantendo efetivo de funcionários disponível para eventual retomada das atividades.

Com base nessa justificativa, foi realizada a análise da documentação enviada anteriormente, incluindo os processos de pagamento das cinco medições realizadas entre novembro de 2024 e março de 2025, bem como os documentos que acompanharam a resposta à notificação. Dessa análise, concluiu-se o seguinte:

Observa-se que a empresa vem reduzindo gradualmente o número de funcionários alocados à obra, e os recolhimentos realizados na CNO (Cadastro Nacional de Obras) não estão compatíveis com as declarações apresentadas. As SEFIPs dos meses de abril e maio de 2025 evidenciam essa redução no quadro funcional, conforme demonstrado a seguir:

- **Outubro/2024:** 32 funcionários declarados – Nenhum recolhimento na CNO
- **Novembro/2024:** 32 funcionários declarados – Nenhum recolhimento na CNO
- **Dezembro/2024:** 32 funcionários declarados – CNO não apresentada
- **Janeiro/2025:** Sem atividade
- **Fevereiro/2025:** 32 funcionários declarados – 12 com recolhimentos na CNO
- **Março/2025:** 21 funcionários – 9 com recolhimentos na CNO
- **Abril/2025:** Sem atividade – 10 com recolhimentos na CNO;
- **Maio/2025:** Sem atividade – 3 com recolhimentos na CNO;

Considerações Adicionais

1ª Medição (09/10/2024 a 08/11/2024):

Foi apresentada declaração de 32 funcionários. No entanto, a SEFIP correspondente ao mês de outubro/2024 não apresenta recolhimento na CNO da obra, que foi aberta em 14/10/2024.

2ª Medição (09/11/2024 a 30/11/2024):

A empresa manteve a mesma declaração de funcionários da medição anterior. A SEFIP apresentada (referente a 11/2024) não indica recolhimentos na CNO da obra. Dos 32 funcionários relacionados, 25 tiveram recolhimentos em outra CNO e 7 não tiveram recolhimentos registrados.

3ª Medição (01/12/2024 a 20/12/2024):

A declaração de funcionários permaneceu inalterada em relação às medições anteriores. A SEFIP apresentada foi novamente a do mês de novembro/2024.

4ª Medição (21/12/2024 a 18/03/2025):

A declaração continuou apontando 32 funcionários. A SEFIP de fevereiro/2025 revelou que apenas 12 tiveram recolhimento na CNO da obra, 6 em outra CNO e 14 sem recolhimento.

5ª Medição (19/03/2025 a 15/04/2025):

A declaração menciona 21 funcionários, sendo que 6 são remanescentes e 4 estão registrados na CNO da obra. Há 15 novos nomes, dos quais apenas 5 possuem recolhimento na CNO da obra; os demais 10 constam em outras CNOs.

Secretaria de
Obras e Planejamento Urbano

RELAÇÃO DE FUNCIONARIOS CONFORME DECLARAÇÃO APRESENTADA PELA PAVSANTOS NA MEDIÇÕES							
ITEM	FUNCIONARIOS	CARGO	1ª MEDIÇÃO	2ª MEDIÇÃO	3ª MEDIÇÃO	4ª MEDIÇÃO	5ª MEDIÇÃO
			09/10/2024 a 08/11/2024 Nº CNO 10/2024	09/11/2024 a 30/11/2024 Nº CNO 11/2024	01/12/2024 a 20/12/2024 Nº CNO 11/2024	21/12/2024 a 18/03/2025 Nº CNO 02/2025	19/03/2025 a 15/04/202 Nº CNO 03/2025
1	ADRIANO RAMOS CAVALCANTE	Op. de Pá Carregadeira	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	sem recolhimento	
2	ALESSANDRO COSTA FERREIRA	Operador de Rolo	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	sem recolhimento	
3	ANTONIO CARLOS BATISTA NETO	superv. de almoxarifado	9001802913/70	9001802913/70	9001802913/70	9002129035/75	9002129035/75
4	DAVID ALVES FELIPE	Encarregado de Obra	9001781181/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento	
5	DAVID PEREIRA SILVA	Operador de Rolo	9001781181/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento	
6	DENIVAL DE MORAIS ALVES	Operador de Rolo	9001802913/70	9001802913/70	9001802913/70	9002129035/75	
7	DEUSINHO DE CARVALHO ALVES	Motorista de Carreta	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75	
8	EDSON ARAUJO DE JESUS	Op. de Espargidor	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75	
9	EDUARDO DE JESUS BISPO	Apontador	9001802913/70	9001802913/70	9001802913/70	9002129035/75	9002129035/75
10	ELDER VITOR RODRIGUES NUNES	Encarregado de Obra	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	
11	ELSON FERNANDES DOS SANTOS	Operador de Rolo	9001502722/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento	
12	FRANCISCO NERES DE JESUS	Operador de Rolo	9001781181/74	9001781181/74	9001781181/74	9002129035/75	9002129035/75
13	GILDEON MARQUES DA SILVA	Op. de Motoniveladora	9001502722/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento	
14	JANIEL ALVES DA SILVA	Motorista Espargido	9001802913/70	9001802913/70	9001802913/70	9002129035/75	9002129035/75
15	JARDISON DA SILVA MACHADO	Apontador	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75	
16	JEFFERSON LUAN ANUNCIACÃO TAVARES	Ajudante de Obras	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	sem recolhimento	
17	JOAO GONCALVES DA COSTA	Op. de Usina Asfáltica	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento	9002129035/75	9002247682/74
18	JOAO ROSA CANUTO	Mot. de Caminhão Pipa	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75	
19	JOSE RIBAMAR FONTES DA SILVA	Mot. de Caminhão Pipa	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75	
20	KAYRON COSTA DOS REIS	Rasteleiro	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	sem recolhimento	
21	LUCAS PEREIRA DE OLIVEIRA	Ajudante de Mecânico	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	
22	LUCAS VIEIRA CAMPOS	Op. de Pá Carregadeira	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	sem recolhimento	
23	ODILOM JOAQUIM APOLIANO	Encarregado de Obra	9001781181/74	9001781181/74	9001781181/74	9002129035/75	
24	PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA DA SILVA	Op. de Trator de Pneu	9001802913/70	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento	
25	RENAN MIRANDA DA SILVA	Op. Acabadora de Asfalto	9001781181/74	9001781181/74	9001781181/74	sem recolhimento	
26	ROBERTO FERREIRA E SILVA	Encarregado de Obra	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9001899884/78	9002316254/77
27	ROBSON DUARTE DA SILVA	Operador de Rolo	9001802913/70	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento	
28	SERGIO GOMES DA SILVA	Op. de Pá Carregadeira	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9001899884/78	
29	UESLEI DE ARAUJO NASCIMENTO	Mot. de Caminhão Caçamba	sem recolhimento	9001502722/74	9001502722/74	sem recolhimento	
30	WADISON SANTOS DE MELO	Motorista	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	
31	WARLEY BATISTA DE AVELAR	Op. de Espargido	9001802913/74	9001802913/74	9001802913/74	9001899884/78	
32	WESLEY ALBUQUERQUE DA SILVA	Operador de Rolo	9001781181/74	9001781181/74	9001781181/74	sem recolhimento	
33	AECIUS ELIAS GONCALVES DO NASCIMENT	Auxiliar de Mecânico					9002129035/75
34	ALEXANDRE TORRES COSTA	Ajudante de Obras					9002129035/75
35	BRUNA RAFAELA SOUZA CARVALHO	Serviços Gerais					9002129035/75
36	DANIEL COSTA DE JESUS	Ajudante de Obras					9001899884/78
37	FÁBIO GOMES DE SOUZA	Mecânico de Caminhões					9001899884/78
38	JESUS ALBERTO SUBERO CABELLO	Mecânico Eletricista					9001899884/78
39	JOSÉ ARIMATEIA ROCHA FERREIRA	Motorista					9002247682/74
40	JUAREZ CLEMENTE DA SILVA	Op. Acabadora de Asfalto					9001899884/78
41	LEOMAR PEREIRA DOS SANTOS	Ajudante de Obras					9002129035/75
42	LUAN IZAAC SOARES FRANÇA	Ajudante de Obras					9001899884/78
43	NELSON JOSE LOPES FILHO	Pedreiro					9002247682/74
44	PAULO HENRIQUE FRANÇA DE OLIVEIRA	Mecânico					9002316254/77
45	PEDRO ANTÔNIO CAMPOS DA COSTA	Ajudante de Obras					9002129035/75
46	RENATO MORAIS POSTACIO	Mecânico de Máquinas					9002316254/77
47	WESLEY ALVES DE SOUZA	Rasteleiro					9002247682/74

Legenda:

Texto em **vermelho**: CNO não relacionada ao contrato com o município de Jataí

Texto em **negrito**: CNO da obra de recapeamento de Jataí

Considerações Técnicas

- A justificativa de paralisação por manutenção de máquinas e equipamentos não se sustenta, pois houve interrupção das atividades entre 20/12 e 19/02, período em que tais manutenções poderiam ter sido realizadas.

O cronograma apresentado na fase de licitação previa um prazo de 5 meses para a execução dos serviços, o qual foi integralmente aceito pela empresa. No entanto, a partir do segundo mês, já começaram a ser observados atrasos no cumprimento das etapas estabelecidas (ver Gráfico 1).

Em 25/03/2025, a empresa PavSantos solicitou a prorrogação do prazo por mais 90 dias para a conclusão dos serviços. O município acatou o pedido e formalizou o aditivo contratual, estendendo o prazo de execução até julho de 2025 (ver Gráfico 2). Mesmo assim não foi cumprido.

Gráfico 1 - planejado x realizado de acordo com o cronograma da licitação



Secretaria de
Obras e Planejamento Urbano

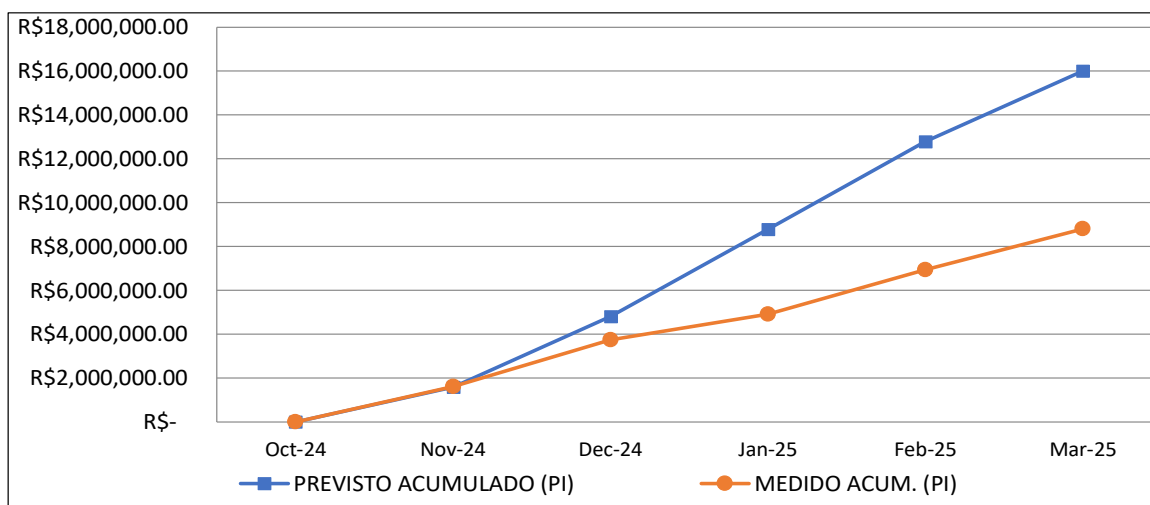
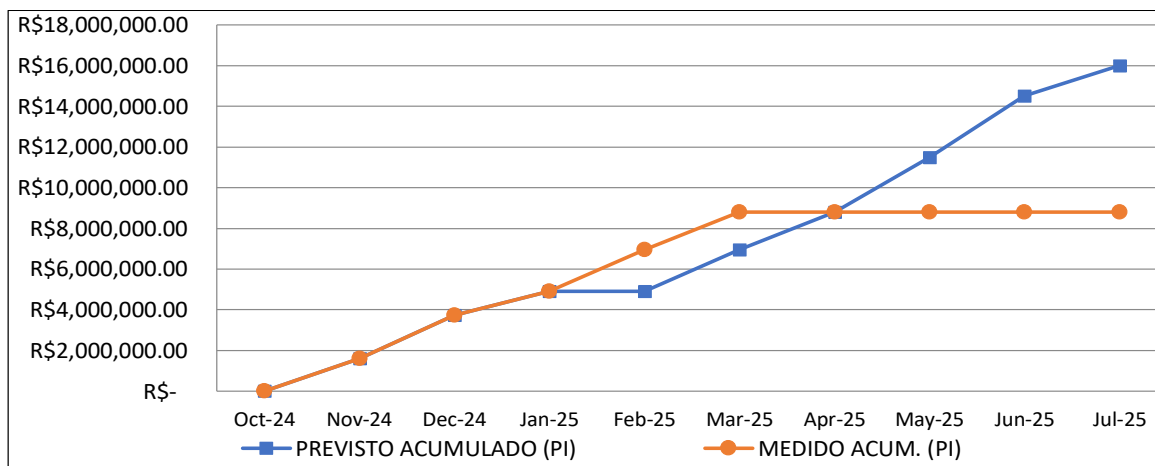


Gráfico 2 - planejado x realizado de acordo com o novo cronograma acordado



Progresso da Obra

A obra apresenta um atraso acumulado de **44,99%**, em valores representa **R\$ 7.199.419,78** (sete milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e dezenove reais e setenta e oito centavos). Os recursos destinados são provenientes de um financiamento entre o município e o Banco do Brasil.

Em relação ao prazo de execução, os serviços deveriam ter sido concluídos até 30/06/2025, conforme estabelecido no cronograma previsto no aditivo contratual. Considerando a data atual (25/07/2025), constata-se um atraso de **25 dias** na entrega da obra.

Reajuste e Reequilíbrio Contratual

- O pedido de reajuste contratual **não foi protocolado**, contrariando o previsto em contrato. Anexo, segue o relatório do sistema de protocolo como comprovação.
- Quanto ao reequilíbrio financeiro referente ao material betuminoso, este foi protocolado em **21/02/2025** e aprovado em **22/05/2025**. Não houve autorização do pagamento por parte da gestora



Secretaria de
Obras e Planejamento Urbano

do contrato, pois na data de 23/05/2025, quando foi emitida a nota, a empresa já tinha desmobilizado da cidade.

- Sobre a retenção do ISSQN a empresa foi orientada a abrir processo administrativo junto a Secretaria da Fazenda.

Preposto

Em relação ao Sr. Cláudio Evangelista dos Santos ser o único representante legal da empresa, foi solicitado, por meio do Diário de Obras datado de 18/11/2024, a designação de um preposto para participar das reuniões e adotar as providências necessárias à continuidade dos serviços. O referido diário foi assinado pelo próprio Sr. Cláudio Evangelista.

Ressalta-se que, ao longo dos cinco meses de execução da obra, houve a passagem de cinco engenheiros responsáveis, sendo que o profissional que permaneceu por mais tempo atuou por apenas 30 dias. Tal rotatividade comprometeu significativamente a gestão da obra, refletindo diretamente na desorganização e nos atrasos dos serviços.

Extinção do Contrato

Na qualidade de gestora do contrato, registro que a paralisação dos serviços pela empresa PavSantos gerou prejuízos ao erário, especialmente considerando que os recursos utilizados para os pagamentos são oriundos de financiamento bancário.

Diante dos claros descumprimentos de regras contratuais e legais, considero prudente a extinção do contrato, sem prejuízos à aplicação das sanções respectivas, conforme previsão contratual e também em normas vigentes relacionadas.

Anexos

- Anexo I – Relatório de protocolo do SIGEP;
- Anexo II – Diário de obra 18/11/2024;
- Anexo III – Relação de funcionários conforme declaração apresentada pela PavSantos nas medições.

Jataí, 25/07/2025

Andrea Gomes dos Santos Borges Macarini
Gestora do Contrato

Secretaria de
Obras e Planejamento Urbano

ANEXO I - Relatório de protocolo do SIGEP

MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ
RUA ITARUMA, VILA SANTA MARIA

PÁGINA 1

RELATÓRIO DE PROCESSOS SINTÉTICO

Processo	Interessado	Assunto	Autuado em	Local Autuação	Local Atual	Status	Status TFD
5092/2025	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	SOLICITA	27/01/2025 10:37	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - PROTOCOLO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	EM ANÁLISE	
10616/2025	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	SOLICITA	21/02/2025 14:18	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - PROTOCOLO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - CONTABILIDADE	EM ANÁLISE	
16221/2025	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	PAGAMENTO	24/03/2025 07:59	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - PROTOCOLO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - CONTROLE INTERNO	EM ANÁLISE	
17283/2025	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	ADITIVO DE PRAZO	27/03/2025 14:12	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - PROTOCOLO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - CONTROLE INTERNO	EM ANÁLISE	
21693/2025	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	PAGAMENTO	16/04/2025 15:46	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - PROTOCOLO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - CONTROLE INTERNO	EM ANÁLISE	
34830/2025	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	RELATORIO	30/06/2025 09:03	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - PROTOCOLO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS	EM ANÁLISE	

TOTAL: 6

MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ
RUA ITARUMA, VILA SANTA MARIA

PÁGINA 1

Relatório de Processos

PROCESSO: 5092/2025 ORGÃO ATUAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ INTERESSADO: PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA DIAS DA ABERTURA: 175 DIA(S) DIAS NO DEPTO. ATUAL: USUÁRIO RECEP. DEPTO.: JOSIMAR FERREIRA CRUZ HISTÓRICO: CONCESSÃO DE ÁREA LOCALIZADA NO DISTRITO INDUSTRIAL DE JATAÍ	ASSUNTO: SOLICITA DEPARTAMENTO ATUAL: SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO ABERTO EM: 27/01/2025 10.37.10 STATUS TFD:
PROCESSO: 10616/2025 ORGÃO ATUAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ INTERESSADO: PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA DIAS DA ABERTURA: 150 DIA(S) DIAS NO DEPTO. ATUAL: 59 DIA(S) USUÁRIO RECEP. DEPTO.: PAULO ROGERIO FERREIRA MONTEIRO HISTÓRICO: REVISÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 183/2024	ASSUNTO: SOLICITA DEPARTAMENTO ATUAL: CONTABILIDADE ABERTO EM: 21/02/2025 14.18.14 STATUS TFD:
PROCESSO: 16221/2025 ORGÃO ATUAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ INTERESSADO: PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA DIAS DA ABERTURA: 119 DIA(S) DIAS NO DEPTO. ATUAL: 115 DIA(S) USUÁRIO RECEP. DEPTO.: GUSTAVO RIBEIRO DE OZEDA ARAUJO HISTÓRICO: ENCAMINHAMENTO DE MEDIÇÃO/CONTRATO Nº183/2024/ SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ASSUNTO: PAGAMENTO DEPARTAMENTO ATUAL: CONTROLE INTERNO ABERTO EM: 24/03/2025 07.59.59 STATUS TFD:

Secretaria de
Obras e Planejamento Urbano

MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ

RUA ITARUMA, VILA SANTA MARIA

PÁGINA 2

Relatório de Processos

PROCESSO:	17283/2025	ASSUNTO:	ADITIVO DE PRAZO
ORGÃO ATUAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ	DEPARTAMENTO ATUAL:	CONTROLE INTERNO
INTERESSADO:	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	ABERTO EM:	27/03/2025 14.12.50
DIAS DA ABERTURA:	116 DIA(S)	STATUS TFD:	
DIAS NO DEPTO. ATUAL:	75 DIA(S)		
USUÁRIO RECEP. DEPTO.:	GUSTAVO RIBEIRO DE OZEDA ARAUJO		
HISTÓRICO:	1º ADITIVO CONTRATO Nº 183/2024-PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DA OBRA PELA FISCALIZAÇÃO		

PROCESSO:	21693/2025	ASSUNTO:	PAGAMENTO
ORGÃO ATUAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ	DEPARTAMENTO ATUAL:	CONTROLE INTERNO
INTERESSADO:	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	ABERTO EM:	16/04/2025 15.46.32
DIAS DA ABERTURA:	96 DIA(S)	STATUS TFD:	
DIAS NO DEPTO. ATUAL:	87 DIA(S)		
USUÁRIO RECEP. DEPTO.:	GUSTAVO RIBEIRO DE OZEDA ARAUJO		
HISTÓRICO:	5º BOLETIM DE MEDIÇÃO, REF. A RESTAURAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS. CONTRATO Nº 183/2024		

PROCESSO:	34830/2025	ASSUNTO:	RELATORIO
ORGÃO ATUAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ	DEPARTAMENTO ATUAL:	DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
INTERESSADO:	PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA	ABERTO EM:	30/06/2025 09.03.12
DIAS DA ABERTURA:	21 DIA(S)	STATUS TFD:	
DIAS NO DEPTO. ATUAL:			
USUÁRIO RECEP. DEPTO.:	LETICIA NOGUEIRA DE LIMA BATISTA		
HISTÓRICO:	ABANDONO DAS OBRAS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DE DIVERSAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO		

BSIT-BR - BUSINESS SOLUTION INFORMATION TECHNOLOGY - BRASIL

Enviado por LUZ GUSTAVO DE MORAES SILVA em 21/07/2025.



MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ

RUA ITARUMA, VILA SANTA MARIA

PÁGINA 3

Relatório de Processos





TOTAL: 6



**PREFEITURA DE
JATAÍ**
DESENVOLVIMENTO E CORAÇÃO
Criada 2012 e 2024

Secretaria de
Obras e Planejamento Urbano

ANEXO II - Diário de obras 18/11/2024

 PAVSANTOS		RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS		FOLHA 41			
				DATA (dd / mm / aa) 18/11/2024			
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO		CONTRATO Nº 183/2024					
CONTRATADA PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA		OBJETO RECAPEAMENTO DE VIAS PÚBLICAS COM CBUQ					
TEMPO (CLIMA) BOM INSTÁVEL CHUVOSO IMPREVISÍVEL		DIA DA SEMANA D S F Q Q S S					
1 - SERVIÇOS DESENVOLVIDOS NO PERÍODO							
MOBILIZAÇÃO	FRESAGEM	TRANSPORTE	LIMPEZA	FAIXA DE LIGAÇÃO	RECAPEAMENTO	URBANISMO	OUTROS
2 - EVENTOS COM RESTRIÇÕES							
EQUIPAMENTO	PESSOAL	INSTALAÇÕES	CRONOGRAMA FÍSICO	QUALIDADE	ATENDIMENTO A FISCALIZAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	MEIO AMBIENTE
3 - COMENTÁRIOS DA SUPERVISORA							
AVENIDA PONTE BRANCA, RUA SEBASTIAO MARACA LIMPEZA/PINTURA DE LIGAÇÃO USINAGEM CBUQ E TRANSPORTE ATÉ LOCAL DE APLICAÇÃO APLICAÇÃO E COMPACTAÇÃO CBUQ							
4 - COMENTÁRIOS DA CONTRATANTE							
SOLICITAMOS QUE SEJA DESIGNADO UM PROFISSIONAL, TEMPO INTEGRAL, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTRATO, COM AS ATRIBUIÇÕES DE REPRESENTANTE PARA AS REUNIÕES E CONTATOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS COM O REPRESENTANTE DA CONTRATANTE, E DESENCADEAMENTO DE PROVIDÊNCIAS E AÇÕES CABÍVEIS PARA O PERFEITO DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS.							
5 - COMENTÁRIOS DA CONTRATADA							
AVENIDA PONTE BRANCA, RUA SEBASTIAO MARACA LIMPEZA/PINTURA DE LIGAÇÃO USINAGEM CBUQ E TRANSPORTE ATÉ LOCAL DE APLICAÇÃO APLICAÇÃO E COMPACTAÇÃO CBUQ							
ENQª DA CONTRATADA  Eng. Cláudio Evangelista dos Santos PAVSANTOS CONSTRUTORA LTDA		ENQª SUPERVISOR  Eng. Gerson Elias de Souza Junior JÁ Engenharia e Construção Ltda		ENQª CONTRATANTE  Eng. Jefferson Garcia Macedo Secretaria de Obras e Planejamento Urbano			

Secretaria de
Obras e Planejamento Urbano

ANEXO III - Relação de funcionários conforme declaração apresentada pela Pavsantos nas medições

ITEM	FUNCIONARIOS	CARGO	RECOLHIMENTOS					5ª MEDIÇÃO
			1ª MEDIÇÃO	2ª MEDIÇÃO	3ª MEDIÇÃO	4ª MEDIÇÃO		
			09/10/2024 a 08/11/2024 Nº CNO 10/2024	09/11/2024 a 30/11/2024 Nº CNO 11/2024	01/12/2024 a 20/12/2024 Nº CNO 11/2024	21/12/2024 a 18/03/2025 Nº CNO 02/2025	19/03/2025 a 15/04/2025 Nº CNO 03/2025	
1	ADRIANO RAMOS CAVALCANTE	Op. de Pá Carregadeira	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	sem recolhimento		
2	ALESSANDRO COSTA FERREIRA	Operador de Rolo	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	sem recolhimento		
3	ANTONIO CARLOS BATISTA NETO	superv de almoxarifado	9001802913/70	9001802913/70	9001802913/70	9002129035/75	9002129035/75	
4	DAVID ALVES FELIPE	Encarregado de Obra	9001781181/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento		
5	DAVID PEREIRA SILVA	Operador de Rolo	9001781181/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento		
6	DENIVAL DE MORAIS ALVES	Operador de Rolo	9001802913/70	9001802913/70	9001802913/70	9002129035/75		
7	DEUSINHO DE CARVALHO ALVES	Motorista de Carreta	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75		
8	EDSON ARAUJO DE JESUS	Op. de Espargidor	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75		
9	EDUARDO DE JESUS BISPO	Apontador	9001802913/70	9001802913/70	9001802913/70	9002129035/75		
10	ELDER VITOR RODRIGUES NUNES	Encarregado de Obra	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78		
11	ELSON FERNANDES DOS SANTOS	Operador de Rolo	9001502722/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento		
12	FRANCISCO NERES DE JESUS	Operador de Rolo	9001781181/74	9001781181/74	9001781181/74	9002129035/75	9002129035/75	
13	GILDEON MARQUES DA SILVA	Op. de Motorveladora	9001502722/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento		
14	JANIEL ALVES DA SILVA	Motorista Espargido	9001802913/70	9001802913/70	9001802913/70	9002129035/75		
15	JARDISON DA SILVA MACHADO	Apontador	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	sem recolhimento		
16	JEFFERSON LUAN ANUNCIAÇÃO TAVARES	Ajudante de Obras	9001502722/74	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento		
17	JOAO GONÇALVES DA COSTA	Op. de Usina Asfáltica	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento	9002129035/75	9002129035/75	
18	JOAO ROSA CANUTO	Mot. de Caminhão Pipa	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75		
19	JOSE RIBAMAR FONTES DA SILVA	Mot. de Caminhão Pipa	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9002129035/75		
20	KAYRON COSTA DOS REIS	Rasteleiro	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	sem recolhimento		
21	LUCAS PEREIRA DE OLIVEIRA	Ajudante de Mecânico	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78		
22	LUCAS VIEIRA CAMPOS	Op. de Pá Carregadeira	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	sem recolhimento		
23	ODILON JOAQUIM APOLIANO	Encarregado de Obra	9001781181/74	9001781181/74	9001781181/74	9002129035/75		
24	PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA DA SILVA	Op. de Trator de Pneu	9001802913/70	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento		
25	RENAN MIRANDA DA SILVA	Op. Acabadora de Asfalto	9001781181/74	9001781181/74	9001781181/74	sem recolhimento		
26	ROBERTO FERREIRA E SILVA	Encarregado de Obra	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9001899884/78	9002316254/77	
27	ROBSON DUARTE DA SILVA	Operador de Rolo	9001802913/70	sem recolhimento	sem recolhimento	sem recolhimento		
28	SERGIO GOMES DA SILVA	Op. de Pá Carregadeira	9001502722/74	9001502722/74	9001502722/74	9001899884/78		
29	UESLEI DE ARAUJO NASCIMENTO	Mot. de Caminhão Caçamba	sem recolhimento	9001502722/74	9001502722/74	sem recolhimento		
30	WADISON SANTOS DE MELO	Motorista	9001899884/78	9001899884/78	9001899884/78	sem recolhimento		
31	WARLEY BATISTA DE AVELAR	Op. de Espargido	9001802913/74	9001802913/74	9001802913/74	9001899884/78		
32	WESLEY ALBUQUERQUE DA SILVA	Operador de Rolo	9001781181/74	9001781181/74	9001781181/74	sem recolhimento		
33	AECIUS ELIAS GONÇALVES DO NASCIMENTO	Auxiliar de Mecânico					9002129035/75	
34	ALEXANDRE TORRES COSTA	Ajudante de Obras					9002129035/75	
35	BRUNA RAFAELA SOUZA CARVALHO	Serviços Gerais					9002129035/75	
36	DANIEL COSTA DE JESUS	Ajudante de Obras					9001899884/78	
37	FABIO GOMES DE SOUZA	Mecânico de Caminhões					9001899884/78	
38	JESUS ALBERTO SUBERO CABELLO	Mecânico Eletricista					9001899884/78	
39	JOSÉ ARIMATEIA ROCHA FERREIRA	Motorista					9002247682/74	
40	JUAREZ CLEMENTE DA SILVA	Op. Acabadora de Asfalto					9001899884/78	
41	LEOMAR PEREIRA DOS SANTOS	Ajudante de Obras					9002129035/75	
42	LUAN IZAAC SOARES FRANÇA	Ajudante de Obras					9001899884/78	
43	NELSON JOSE LOPES FILHO	Pedreiro					9002247682/74	
44	PAULO HENRIQUE FRANÇA DE OLIVEIRA	Mecânico					9002316254/77	
45	PEDRO ANTÔNIO CAMPOS DA COSTA	Ajudante de Obras					9002129035/75	
46	RENATO MORAIS POSTACIO	Mecânico de Máquinas					9002316254/77	
47	WESLEY ALVES DE SOUZA	Rasteleiro					9002247682/74	



DIÁRIO OFICIAL

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JATAÍ - GO

CRIADO PELA LEI Nº 3.379 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Edição e Publicação: Superintendência de Comunicação

Periodicidade: Diário

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ